

RESENHA

Na oficina do sociólogo artesão: as epistemologias do sul para superar a opressão capitalista, colonialista e patriarcal

Marcos Roberto dos Santos Amaral¹

1. Professor (licenciado para estudos) da Rede Estadual de Ensino do Ceará - SEDUC-CE. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UECE - POSLA-UECE, membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE) e do Grupo de Estudos Deleuze & Guattari (GEDEG). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). **roberto.amaral@aluno.uece.br** <https://orcid.org/0000-0001-8130-4580>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão**. São Paulo: Cortez, 2018.

Em “Na oficina do sociólogo artesão”, Boaventura discute – se pensarmos e quisermos um mundo melhor para todos – a necessidade da inclusão dos diversos grupos que estão em condições de invisibilidade política e sob violências sociais: imigrantes, camponeses, moradores de periferia, pobres, negros, mulheres, indígenas, gays, entre outros marginalizados. Esta inclusão, o autor discute que deve ser feita de “forma includente”, isto é, através do ponto de vista dos oprimidos. Boaventura considera a necessidade da inclusão includente, porque o que a história atesta é que as formas institucionais de inclusão fazem-na apenas formalmente, deixando, de fato, estes diversos grupos desprotegidos e, em geral, sob ameaça delas. A inclusão formal é feita de forma excludente no sentido de que os conhecimentos e as práticas associadas às

culturas dos grupos a serem incluídos no mundo nortecêntrico são colonizados segundo as práticas e cosmovisões capitalistas, patriarcais e coloniais do conhecimento nortecêntrico, ou seja, são expropriados violentamente e assujeitados como inferiores (SANTOS, 2018, p. 93).

Por isso, o autor reflete sobre a necessidade de descolonizar o conhecimento, sobretudo, quando o norte está encolhendo cada vez mais, na medida em que se “descobre” – se admite, se assume, se reconhece, socialmente, se dá credibilidade a – que o conhecimento do norte não é o único válido, e mais: não consegue apresentar alternativas aos problemas sociais que ele cria (SANTOS, 2018, p. 100). Assim, discute o fato de que a exaustão do norte é uma oportunidade de pensar segundo e desde o Sul (SANTOS, 2018, p. 101).

Nesse sentido, “Na oficina do sociólogo artesão” é uma obra que explica e ilustra o potencial emancipador das epistemologias do Sul. As epistemologias do Sul são uma orientação política e epistêmica, pois é conhecimento nascido na luta contra os mecanismos de poder (opressão, dominação e exclusão) das articulações entre capitalismo, colonialismo e patriarcado. Estes são as três principais formas de dominação moderna. Enquanto tal, as epistemologias do Sul, reconhecendo que o mundo nortecêntrico é mais limitado que o mundo do Sul, são uma política de conhecimento a lutar contra as epistemologias do norte, que arrogam que o norte é superior e tem a solução do problema que é, supostamente, o Sul (SANTOS, 2018, p. 25).

Nas palavras de Boaventura (SANTOS, 2018, p. 24), “as epistemologias do Sul são um conjunto de procedimentos que visam reconhecer e validar o conhecimento produzido, ou a produzir, por aqueles e aquelas que têm sofrido sistematicamente as injustiças, a opressão, a dominação, a exclusão causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado”. O autor destaca que estas epistemologias são uma resposta à opressão que as epistemologias do norte imprimem a povos, estados, movimentos e pessoas que não se adéquam, que contradizem e/ou não lhes são interessantes para as relações de poder do norte global.

As epistemologias do norte são definidas por Boaventura (SANTOS, 2018, p. 24) enquanto uma política de conhecimento concentrada na transformação

(controle/observação das regularidades) do mundo, pautada nos parâmetros do capitalismo, colonialismo e patriarcado, desconsiderando, assim, a questão dos fins últimos da vida social, como o bem estar de todos seus membros. Elas, para tanto, exilam as pessoas de seu próprio mundo impondo que o conhecimento delas é deslegítimo (SANTOS, 2018, p. 102).

Esse processo de exílio dos sujeitos marginalizados por essa cosmovisão assenta-se em três grandes bases: o racionalismo, entendido como a busca por explicar a sociedade por causas não misteriosas, ou seja, analisáveis, verificáveis e contestáveis; a ideia de progresso, entendido como a busca de ultrapassar o que é considerado obsoleto; e, por fim, o universalismo, entendido como a busca de determinar conceitos que independem de contextos locais. Em nome da razão, do progresso e do universal, tudo que fosse categorizado de irracional, atrasado, incivilizado, arcaico, selvagem, incontrolável, baderneiro, desviante das ordens dessas três bases foi silenciado, descredibilizado, ao ponto de sua violência sofrida não ser sentida como injustiça social.

Nesse sentido, Boaventura (SANTOS, 2018, p. 56) explica que é urgente que assumamos – aqueles que querem um mundo de bem estar para todos – “o esforço duplo de, por um lado, promover uma desfamiliarização com as epistemologias do norte e, por outro, validar conhecimentos produzidos a partir das perspectivas daqueles e daquelas que sofreram e sofrem as injustiças e violências geradas pelo colonialismo, capitalismo e patriarcado e resistem contra elas”.

Com efeito, essa desfamiliarização e essa validação são promovidas pelas epistemologias do Sul, as quais estão apresentando alternativas à exploração do norte, porque, para além de pessoas formadas pelo norte global, com suas lentes que impedem ver as potencialidades do Sul (SANTOS, 2018, p. 43), pessoas formadas pelas cosmovisões invisíveis, de pobres, negros, mulheres, indígenas, gays, camponeses, etc. estão trazendo para a agenda política temas silenciados que contradizem o poder hegemônico do norte global. Esses são os que assumem protagonismo nas lutas anticapitalistas/coloniais/patriarcais, atualmente.

Os pilares das epistemologias do Sul sustentam-se em saber que: 1) a compreensão do mundo excede a compreensão nortecêntrica do mundo; 2) a compreensão do mundo associa-se com a legitimação de um poder social

e tem a ver com concepções de tempo e espaço; 3) a racionalidade invisibiliza e incredibiliza conhecimentos não-hegemônicos; e 4) deve-se promover a tradução intercultural, inteligibilidades mútuas entre diferentes experiências possíveis e disponíveis (SANTOS, 2018, p. 57-8).

Certamente, na obra “Na oficina do sociólogo artesão”, Boaventura ensina-nos a pensar de forma horizontal, a criar apenas protagonistas sociais, na medida em que se pensa o mundo como seu, o mundo a partir dos conhecimentos e práticas característicos de seus próprios horizontes sociais (SANTOS, 2018, p. 102). Ensina-nos a pensar não mais de forma hierárquica, de maneira a criar sujeitos e objetos epistemológicos, isto é, aqueles, a minoria, aqueles que detêm as condições concretas de agencia e dominância, além de deter os parâmetros de normalidade e normatização; e os outros, a maioria, os marginalizados dos parâmetros e subjugados pelos poderes daqueles.

Com justeza, assim, cita, ao longo da obra, conceitos alternativos aos do norte global, por exemplo: – *ubuntu* (humanidade para com e através dos outros) (SANTOS, 2018, p. 76); justiça cognitiva global (legitimação de todos conhecimentos contra o colonialismo) (SANTOS, 2018, p. 88); autorrepresentação (contra a representação colonial) (SANTOS, 2018, p. 117-8); estudos subalternos da Índia (SANTOS, 2018, p. 121); *asabiyya* (solidariedade/coesão social) (SANTOS, 2018, p. 136); Pachamama (compreensão de que a natureza também é um sujeito) (SANTOS, 2018, p. 159); *Swadeshi* (antidesenvolvimentismo e anti-consumismo) (SANTOS, 2018, p. 218); Soberania alimentar (a compreensão de que os produtos devem ser produzidos pela comunidade contra a especulação financeira) (SANTOS, 2018, p. 237); política prefigurativa (crítica da ilusão das democracias capitalistas) (SANTOS, 2018, p. 282). Fundamentado na cosmovisão que estes conceitos estabelecem, o autor destaca a importância dos movimentos de libertação do século XX na África (SANTOS, 2018, p. 191) e os da América Latina de reação contra o poder norte-americano, como lugares de criação de conhecimentos fundamentais para as epistemologias do Sul (SANTOS, 2018, p. 190); bem como nomes de líderes importantes para as epistemologias do Sul: Aquino de Bragança, Marcelo dos Santos (SANTOS, 2018, p. 191), Nukrumah (SANTOS, 2018, p. 192), Nyerere (SANTOS, 2018, p. 194), ativistas contra o colonialismo português moderno.

Boaventura (SANTOS, 2018, p. 142) observa que “não compreendemos as atuais realidades à luz dos conceitos e teorias nortecêntricas, é possível que ao se mudar de teoria e de conceito [para os das epistemologias do Sul, que ainda não foram utilizados] se as compreendam”. Nesse sentido, revisa, no capítulo terceiro “É possível descolonizar o conhecimento?”, várias versões históricas oficiais, como a de que a revolução industrial é um acontecimento único, considerando que metade do comércio internacional no século XVIII era controlada pela China imperial; e a de que a primeira universidade é a de Bolonha, ponderando o grande conhecimento acadêmico construído no mundo antigo no mediterrâneo, neste caso destaca que a primeira universidade moderna tenha sido a de Al-Azhar, no Egito (SANTOS, 2018, p. 123-4); além da de que a cultura grega que nos chega é via Alexandria, construída no mundo africano, egípcio e pérsico (SANTOS, 2018, p. 132).

Ao longo dessa obra, Boaventura dá exemplos de formas de descolonização da ciência, como parte do projeto emancipador das epistemologias do Sul, por exemplo, a mostrar que existe outro fundador das ciências sociais que a cosmovisão do norte negligencia, a saber, Ibn Khaldun, que no século XIV, fizera uma análise sociológica da sociedade africana e árabe, que à época era um centro mundial. Isto, no primeiro capítulo “Porque as epistemologias do Sul?”, discussão que retoma no terceiro.

No segundo capítulo “Construção de diálogos entre saberes a partir das epistemologias do Sul”, exemplifica diversas práticas de resistência a que as epistemologias do Sul se identifica, tais como as relacionadas ao direito à educação e à saúde ante as políticas de privatização; à defesa da agricultura camponesa ou agroecológica frente à invasão da agricultura industrial e dos agrotóxicos; as relacionadas às lutas pela integridade dos territórios indígenas; às lutas das famílias vítimas da crise financeira e desemprego; às lutas contra discriminação, exclusão, corrupção, manipulação midiática, dentre outras.

Exemplifica, também, diversas formas de concretizar um pensamento pós-abissal, o qual consiste na superação do sistema de distinções visíveis e invisíveis, que são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos (das sociedades metropolitanas – do norte; e

das coloniais – do sul), ocorrendo de maneira que torna irrelevantes (inexistentes) as sociedades coloniais (SANTOS, 2018, p. 30). Algumas delas são: superar o falso universalismo recuperando a diversidade das experiências do mundo, partindo das experiências dos de baixo (SANTOS, 2018, p. p. 74), e promovendo uma justiça cognitiva global (SANTOS, 2018, p. 88).

No terceiro capítulo “É possível descolonizar o conhecimento?”, Boaventura (SANTOS, 2018, p. 106) esclarece que para fazê-lo é preciso rever os conceitos de história, identidade, conhecimento, cultura e cidadania, que estão sob o controle autoritário monocultural das relações de poder capitalistas, coloniais e patriarcais. O autor destaca que qualquer inovação teórica e/ou metodológica não será perigosa para o capitalismo, o patriarcalismo e o colonialismo se não estiver do lado dos movimentos sociais das epistemologias do Sul, porque do outro lado o monoculturalismo impede o protagonismo, e, conseqüentemente, a emancipação de quem não são os sujeitos do norte (SANTOS, 2018, p. 106).

Por isso, um dilema da teoria crítica é o de que ela se dispõe a transformar a realidade, mas muitas vezes, distancia-se dela, para “preservar-se crítica” (nesse caso, ironiza: “a realidade está errada a teoria está certa”). O autor conclui que superar este dilema é possível aproximando-se dos movimentos sociais do Sul (SANTOS, 2018, p. 107). Sobre as particularidades de uma teoria crítica, esclarece que esta se define por estar “do lado dos que não podem esquecer, os que foram e são vítimas de sofrimento, genocídio, opressão, violências” (SANTOS, 2018, p. 282).

Neste capítulo, ainda, toma como exemplo a ação emancipadora de vários movimentos sociais do Sul, a saber, dos camponeses tribais da Índia, dos povos indígenas dos Andes (SANTOS, 2018, p. 108); e dos insurgentes islâmicos (SANTOS, 2018, p. 131); no capítulo sexto “Quais as alternativas ao desenvolvimento, desde as epistemologias do Sul?” destaca a ação dos agricultores solidários (SANTOS, 2018, p. 236) e das mulheres vítimas de violência doméstica (SANTOS, 2018, p. 245).

Boaventura explica que a importância desses movimentos está no fato de que as condições objetivas das epistemologias do Sul consistem em que os diferentes sujeitos explorados reconhecem um inimigo comum: as epistemologias

nortecêntricas e seus correlatos – capitalismo, patriarcado e colonialismo, considerando que estas condições objetivas são fundamentalmente as condições intersubjetivas dos movimentos sociais do Sul (SANTOS, 2018, p. 245).

Na análise das possibilidades emancipadoras dos movimentos sociais discute a necessidade de ampliar as possibilidades dos movimentos tradicionais. Dessa forma, no quarto capítulo “É possível descolonizar o marxismo?”, Boaventura propõe que o marxismo deve ser descolonizado para se abrir aos diversos sujeitos históricos revolucionários além dos trabalhadores e para aqueles poderem se valer do potencial revolucionário do marxismo. No quinto capítulo “O que são os diálogos Sul-Sul?”, denuncia a prática comum do poder imperial de cobrar reparações (dívidas, embargos, não reconhecimentos) a países que o desafiem, como o que ocorreu com o Haiti, nas suas revoluções, as quais esmagaram qualquer possibilidade de emancipação (SANTOS, 2018, p. 189), alertando para a necessidade de desfazer o “diálogo” autoritário norte-sul. No sexto capítulo “Quais as alternativas ao desenvolvimento, desde as epistemologias do Sul?”, o autor problematiza a ideia de desenvolvimento como melhorias das condições de bem estar social, demonstrando que ele mais cria condições de exploração (SANTOS, 2018, p. 222).

No sétimo capítulo “O que significa a cidadania a partir dos que não são cidadãos?”, Boaventura faz uma análise das revoltas da indignação: primavera árabe; *occupy Wall Street*; os indignados da Europa do Sul; movimento estudantil chileno; #yousoy132; e os protestos de junho de 2013 no Brasil (SANTOS, 2018, p. 276). No capítulo oitavo “É possível democratizar os direitos humanos e a democracia?”, explica que a ideia hegemônica de direitos humanos e democracia exclui diversos sujeitos sociais, porque se limita a pensá-los apenas segundo as expectativas daqueles que historicamente possuem direitos e participam da democracia, mesmo que precariamente, ou mesmo que acima da lei – usufruindo de privilégios sociais –, desconsiderando aqueles que historicamente foram impedidos de, social e politicamente, participar e não receberam proteções sociais dignas.

No último capítulo “É necessário ser utópico hoje?”, Boaventura (SANTOS, 2018, p. 327) observa que a utopia responde a necessidades e a aspirações de um tempo concreto, busca ampliar o horizonte das possibilidades do bem estar

social. Isto, para que se parta dos que são radicalmente excluídos (SANTOS, 2018, p. 336) e não se tolere as mazelas sociais (SANTOS, 2018, p. 328).

Assim, Boaventura conclui sua obra “Na oficina do sociólogo artesão” reforçando a consciência da necessidade de inclusão dos sujeitos, grupos, movimentos, estados, etc. marginalizados, orientando o conceito de utopia para a superação das dores dos invisibilizados, decréditos e, por isso, violentados pelo capitalismo, colonialismo e patriarcalismo. Por isso, nesta obra, o autor alerta para o perigo da nortização das epistemologias do Sul (SANTOS, 2018, p. 176), ou seja, fazer da prática dessas epistemologias um trabalho apenas formal, distante dos movimentos, lugares e sujeitos que sofrem opressão. Distância esta que permite o surgimento das linhas abissais que marginalizaram, marginalizam – e marginalizarão grande parte da população, caso não reajamos contra os poderes hegemônicos.

“Na oficina do sociólogo artesão”, o autor anuncia, ainda, um tema que discutirá em um próximo livro: o patriarcado capitalista – no qual percebe uma questão perturbadora que “tem a ver com o facto de o corpo da mulher constituir um objeto estratégico de guerra quando se quer controlar uma luta social de maneira violenta” (SANTOS, 2018, p. 172). A importância das lutas feministas nesta obra é acentuada diversas vezes e especialmente quando Boaventura cita Maria Paula Meneses, a qual, juntamente com Carolina Peixoto, selecionam, revisam e editam a obra, e defende que “em contexto colonial as lutas terminam e as guerras terminam quando as mulheres deixam de ter condições de suportar a reprodução social dos que estão em combate” (SANTOS, 2018, p. 171).

No pós-fácio, Boaventura reflete sobre os fundamentos e os propósitos de uma avaliação, situando-a num contexto pedagógico repressivo, para pensar um contexto pedagógico emancipador. Demonstra que nesses contextos performances mais criativas são lugares de contestação de ordens nortecêntricas. Nesse sentido, apresenta ao final da obra diversas composições de *rappers* que em suas peças experimentam as problematizações de cada capítulo. Isto é bastante, como não poderia deixar de ser, coerente com o tom da obra, pois ela, inquestionavelmente, constitui um verdadeiro curso disponível às mãos, tanto pelo tom oral que o próprio autor destaca como contendo uma aura e

luminosidade que este momento de partilha permite a absorver aquilo que quem escuta transmite e a fazer seguir caminhos não antecipados (SANTOS, 2018, p. 345), quanto pela proposta que Ana Paula Meneses e Carolina Peixoto propõem: de fazer de magistrais aulas (entre 2011 e 2016) de Boaventura em seus cursos um livro, que encerra em si as potencialidades dessas aulas. De fato, o projeto é exitoso. Este livro é auxiliado com vídeoaulas e palestras gravadas (disponíveis no site da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: <<http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/em-destaque.php>> e no canal do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: <<https://www.youtube.com/user/canalces>>) que tratam dos temas, e, inclusive, originam parte dos capítulos, ampliando as possibilidades que um livro tem, a fazer dialogar diversos momentos, lugares e atos.

Há, certamente, para quem quer conhecer e/ou aprofundar-se no pensamento de Boaventura em “Na oficina do sociólogo artesão”, uma rede de conhecimentos, mídias, movimentos e performances que pode ser acionada na medida em que o leitor vá se familiarizando com este pensamento e os diversos sujeitos sociais que o atravessam e na medida em que vá se aproximando dos que estão do lado de baixo das linhas abissais e vá sendo convocado a tomar uma posição perante eles.

Recebido: 18/11/2019

Aceito: 30/03/2020